

Dossiê: “A antropologia da saúde na pandemia da Covid-19: reflexões teóricas, metodológicas e éticas”

**“Deixa eu ver o seu rosto, tia”:
significações e dilemas éticos suscitados pelo uso da
máscara na realização de uma etnografia presencial
durante a pandemia da Covid-19**

Roberta do Nascimento Mello

Universidade Federal da Paraíba

roberta.mello.21jan@gmail.com – <https://orcid.org/0009-0007-1266-695X>

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir acerca dos dilemas éticos e questões metodológicas que permearam a minha experiência de pesquisa de campo no mestrado, uma etnografia feita de forma presencial nos tempos da pandemia da Covid-19. Os relatos aqui trazidos têm como referência a minha experiência realizando uma etnografia em uma Instituição de Acolhimento no estado da Paraíba em 2021, que teve como interlocutores crianças e adolescentes que habitavam/transitavam naquele espaço e buscava compreender como esses sujeitos vivenciaram a pandemia da Covid-19 no contexto singular do acolhimento institucional. Enquanto melhor estratégia para elucidação dos relatos, parto da presença do uso da máscara na relação de campo, enumerando as significações e as agências que este objeto foi assumindo na minha relação com os interlocutores e as situações causadas pela sua presença, assim como os dilemas éticos que este utensílio suscitou durante e após o trabalho de campo. Sendo assim, o artigo pretende discutir, a partir das reflexões trazidas, a (não) neutralidade da antropóloga, assim como questões referentes às formas de afetação que atravessaram o fazer pesquisa como a que foi feita neste período, marcado, principalmente, pelo fato de eu estar pesquisando a pandemia da Covid-19 enquanto a vivia.

Palavras-chave: Máscara; Covid-19; Metodologia; Etnografia; Antropologia da saúde.

“Let me see your face, auntie”: meanings and ethical dilemmas raised by the use of masks in carrying out a face-to-face ethnography during the Covid-19 pandemic

ABSTRACT

This article aims to reflect on the ethical dilemmas and methodological issues that permeated my experience of field research in my master's degree, an ethnography carried out in person during the Covid-19 pandemic. The reports brought here are based on my experience carrying out an ethnography in a Shelter Institution in the state of Paraíba in 2021, which had as interlocutors children and adolescents who lived/traveled in that space and sought to understand how these subjects experienced the pandemic of Covid-19 in that unique context of institutional care. As the best strategy for elucidating the reports, I start from the presence of the use of the mask in the field relationship, enumerating the meanings and agencies that this object assumed in my relationship with the interlocutors and the situations caused by its presence, as well as the ethical dilemmas that this utensil raised during and after fieldwork. Therefore, the article intends to discuss, based on the reflections brought forward, the (non) neutrality of the anthropologist, as well as issues relating to the forms of affectation that permeated research such as the one carried out in this period, marked mainly by the fact that I was researching the Covid-19 pandemic while living through it.

Keywords: Mask; Covid-19; Methodology; Ethnography; Health anthropology.

“Déjame ver tu cara, tía”: significados y dilemas éticos planteados por el uso de máscara en la realización de una etnografía presencial durante la pandemia de la Covid-19

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre los dilemas éticos y cuestiones metodológicas que permearon mi experiencia de investigación de campo en mi maestría, una etnografía realizada de manera presencial durante la pandemia de Covid-19. Los relatos aquí traídos se basan en mi experiencia realizando una etnografía en una Institución de Acogida en el estado de Paraíba en 2021, que tuvo como interlocutores a niños y adolescentes que vivieron/viajaron en ese espacio y buscó comprender cómo estos sujetos vivieron la pandemia de Covid-19 en ese contexto único de recepción institucional. Como mejor estrategia para dilucidar los relatos, parto de la presencia del uso de la máscara en la relación de campo, enumerando los significados y agencias que este objeto asumió en mi relación con los interlocutores y las situaciones provocadas por su presencia, así como como los dilemas éticos que este utensilio planteó durante y después del trabajo de campo. Por lo tanto, el artículo se propone discutir, a partir de las reflexiones adelantadas, la (no)neutralidad del antropólogo, así como cuestiones relativas a las formas de afectación que permearon investigaciones como la realizada en este período, marcado principalmente por el hecho de que estaba investigando la pandemia de Covid-19 mientras la vivía.

Palabras clave: Máscara; Covid-19; Metodología; Etnografía; Antropología de la salud.

Introdução

Não é segredo para muitos que, desde o dia 11 de março de 2020, a vida de quase todos no mundo sofreu uma alteração brusca. Afinal de contas, esse dia foi marcado pelo pronunciamento oficial da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre o início da pandemia do Sars-Cov-2, ou, como melhor a conhecemos, a pandemia da Covid-19. A partir desse dia, nossas vidas ficaram permeadas por incertezas e preocupações que só aumentavam a cada dia que passava. Estávamos vivendo algo novo, uma pandemia que deixou um rastro de mortes em todo o mundo, principalmente, no nosso país. Vivíamos, simultaneamente, a pandemia e um governo negacionista¹, que demonstrou, em diversas situações, a total falta de cuidados mais básicos para evitar a contaminação (Toledo; Souza Junior, 2020), além de negar a gravidade da doença que ceifou a vida de 703.964 mil brasileiros².

Entre tantas preocupações que nos tomaram nos últimos anos, tanto em nossas vidas quanto nas dos nossos entes queridos, uma em especial – e é esta que quero abordar neste artigo – tomou um grupo em específico: o dos antropólogos e das antropólogas. Isso porque nosso principal meio de fazer ciência era através do contato direto e face a face com o outro, convivendo com os nossos interlocutores em seu dia a dia. Com a pandemia, essa metodologia chamada de observação participante ficou impossibilitada. Tínhamos, nesse período, a suspensão de uma corporalidade social (Leal, 2021). Como, então, fazer antropologia em tempos pandêmicos? Como analisar os impactos desse fato social (Durkheim, 2004) que foi a pandemia na vida dos mais diversos grupos que colaboram com nossas pesquisas?³

Lembro-me que, nos primeiros meses da pandemia, as poucas reuniões que tive com pessoas da academia tinham um tema constante: como iríamos iniciar ou dar

¹ Estou falando mais especificamente do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que ficou à frente da presidência do Brasil entre 2019 e 2022. Os três últimos anos de sua gestão foram marcados pela pandemia da Covid-19.

² Dados coletados em 29/06/2023 no Painel Covid-19 Brasil. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 6 dez. 2023.

³ Uma reflexão para a qual ainda não tenho respostas, mas que me toma sempre que paro para escrever sobre como foi fazer pesquisa na pandemia. É sobre os impactos que esse evento, ou, mais precisamente, os meios que nós antropólogos e antropólogas encontramos de dar continuidade as nossas pesquisas. Isso porque não podemos negar que o uso da internet como meio privilegiado de contato com nossos interlocutores foi, por muitas vezes, excludente com certos grupos. Estas reflexões que me tomam ainda estão em um estágio embrionário e, se houve realmente esse déficit de pesquisas com tais grupos, é algo que só saberemos depois.

continuidade às pesquisas que tínhamos planejado? Muitos de nós, antropólogas e antropólogos, conseguimos adotar algumas ferramentas que nos permitiram continuar o nosso fazer científico, como, por exemplo, a netnografia⁴, as entrevistas via *Google Meet* e *WhatsApp*. Esses mecanismos ajudaram muitos amigos e amigas antropólogas que se encontravam em duas fases muito distintas das suas pesquisas: de um lado, aqueles com os seus campos já iniciados; do outro, os que iriam iniciar suas pesquisas no ano em que a pandemia eclodiu.

Mas, ainda assim, o uso desses meios não era possível em todos os campos, e isso incluía o meu: uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes vítimas de alguma violação de direito que ocasionou em algum risco social e pessoal, localizada no estado da Paraíba⁵. Diante disso, como eu, uma aluna ingressante do mestrado em Antropologia Social, iria realizar a minha pesquisa sem renunciar aos meus interesses iniciais? Interesses esses que me movem desde a graduação em Ciências Sociais até os dias de hoje.

Dessa forma, só me restava agarrar a esperança de que, em algum momento, no decorrer do meu mestrado, a possibilidade de ir a campo presencialmente fosse surgir. E foi o que aconteceu no final de 2020, após a promulgação do Programa Novo Normal/PB⁶. Em novembro daquele ano, pude ter meu primeiro contato presencial com a instituição, com a autorização da diretora da Casa de Acolhimento, seguindo todas as medidas sanitárias para diminuir os riscos de contaminação. A pesquisa de campo, que inicialmente foi só presencial e depois passou a ser híbrida, durou o total de um ano, com visitas semanais à instituição no turno da tarde.

Diante dessa minha experiência de um campo presencial realizado em tempos da pandemia da Covid-19, este artigo tem por objetivo refletir acerca dos dilemas éticos e metodológicos que permearam o meu fazer antropológico *estando lá*. Tem como recorte estratégico, as situações e questões suscitadas a partir do uso da máscara e suas

⁴ Kozinet (2014) define a netnografia como sendo a pesquisa com observação participante em trabalho de campo online, usando comunicações mediadas por computador, celulares e outros meios digitais de comunicações para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural.

⁵ Devido aos acordos feitos com a coordenação para a realização da pesquisa, a localização exata da instituição será mantida oculta, de forma a contribuir com o sigilo das identidades das crianças e adolescentes ali acolhidos.

⁶ O Plano Novo Normal/PB consistiu em um programa de retomada gradual e responsável de atividades de vários setores — como bancos, comércios. etc. O plano foi regulamentado pelo Decreto Estadual nº 40.340 de 12 de Junho de 2020 (Paraíba, 2020). Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/novonormalpb>. Acesso em: 29 jun. 2023.

interferências na relação de campo. O artigo pretende discutir, a partir dessas reflexões, a (não) neutralidade da antropóloga, assim como questões referentes às formas de afetação que atravessaram o fazer pesquisa como a que foi feita.

As reflexões trazidas aqui são frutos de um ano de pesquisa de campo presencial juntamente com reflexões a posteriori que sempre surgem em momentos em que me sento para escrever sobre a experiência singular de uma etnografia presencial feita em tempos pandêmicos, marcada por dilemas, percalços e adversidades singulares. Este artigo divide-se em três tópicos. No primeiro, intitulado “*Estar lá* em tempos de pandemia: os riscos e suas questões metodológicas e éticas”, me dedico a falar dos riscos da pesquisa presencial e as questões éticas e metodológicas envolvidas; no segundo, intitulado “O (não) uso da máscara: o medo e o surgimento de novos dilemas”, discuto o (não) uso da máscara por minha parte e por parte dos interlocutores da pesquisa e como isso foi se desdobrando em uma relação recíproca do risco (Fleischer; Bonetti, 2010); e, por último, o tópico intitulado “*Deixa eu ver seu rosto, tia*”: a máscara nas relações construídas no campo”, traz as reações suscitadas pela presença da máscara na minha relação com as crianças, adolescentes e funcionários que habitavam e transitavam na instituição.

***Estar lá* em tempos de pandemia: os riscos e suas questões metodológicas e éticas**

A pesquisa na instituição de acolhimento resultou em minha dissertação de mestrado (Mello, 2022), defendida no Programa de Pós-Graduação de Antropologia (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Devido a impossibilidade de fazê-la inteiramente online por ser uma instituição de acolhimento pública, com crianças e adolescentes tutelados pelo Estado e vítimas de algum tipo de violência, houve a necessidade do contato presencial. Foi só depois de alguns meses, já estabelecida em campo, que foi dada a possibilidade de fazer uma pesquisa híbrida, através de conversas no *WhatsApp* e no *direct* do *Instagram* com as crianças, os adolescentes e a coordenação da Casa. Também através do acompanhamento das atualizações de *posts* e *stories* do *Instagram*, nos perfis das crianças e adolescentes da instituição.

As minhas idas presenciais à Casa foram autorizadas pelos coordenadores, a partir de novembro de 2020, quando o estado da Paraíba estava há três meses vivendo o processo de flexibilização, com a abertura de comércios e a volta de atendimentos e serviços que até então eram considerados não essenciais. Ao total, o tempo da pesquisa

de campo foi de um ano, com visitas semanais à instituição nos turnos da tarde. Nesse período, tive contato com 15 crianças e adolescentes acolhidos, 8 meninas e 7 meninos, com idades entre 3 e 17 anos.

Entretanto, ir ao campo, o *estar lá* (Geertz, 2009) em tempos pandêmicos, não significava ignorar a existência de uma pandemia, envolvia riscos e questões éticas que permeavam todo o fazer etnográfico. Afinal, essa relação de campo abrangeu muito mais do que a confiança, o tempo e dilemas éticos que já estão presentes no fazer antropológico desde muito tempo. Fazer pesquisa presencial em tempos de pandemia era conviver com impasses éticos que envolviam inúmeros riscos. O meu de estar me expondo ao vírus ao sair de casa e ir até uma instituição que, à primeira vista, parecia um mundo à parte da pandemia, onde ninguém usava máscaras e o assunto “Covid-19” era raramente tema de conversas. E o risco de expor ainda mais os interlocutores da pesquisa, as crianças e adolescentes, ao vírus, que eu, uma pessoa que estava na rua, poderia estar carregando.

A etnografia em si já traz consigo uma série de entraves éticos em seu fazer. Isso porque estamos falando sobre uma relação de “estreito vínculo que se estabelece entre pesquisador/pesquisado, em função da presença intensiva do pesquisador no campo” (Knauth, 2004, p. 131). Esses entraves incluem: sigilo sobre a identidade dos meus interlocutores (tanto por serem crianças e adolescentes vítimas de violências, quanto por serem tutelados pelo Estado); ocultação da real localização da instituição (visto que, por só existir uma instituição do tipo no município, haveria a possibilidade das crianças e adolescentes ali acolhidas serem identificadas) e a obtenção e o respeito do consentimento informado dos interlocutores da pesquisa⁷. Mas, além desses problemas éticos que já são constantes dentro da pesquisa antropológica, a pandemia trouxe um em específico que me colocou em uma posição de total incerteza e insegurança que suscitou em inúmeros dilemas durante e após o trabalho de campo: como fazer uma pesquisa presencial (visto a impossibilidade de se fazer uma pesquisa inteiramente online no meu campo) em tempos

⁷ A obtenção do consentimento informado dos interlocutores foi feita em constante diálogo com duas dimensões do trabalho de campo intrínsecas a essa pesquisa: a antropologia das infâncias (em uma pesquisa com e sobre crianças, na qual o respeito à singularidade dos interlocutores é essencial, inclusive no momento da obtenção do consentimento informado com a utilização de uma linguagem acessível às suas idades e subjetividades) e as relações hierárquicas existentes dentro da instituição, como o judiciário, a Secretaria de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (Suas) do município e a própria coordenação da Casa, com a apresentação de pedidos formais, apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e submissão ao Comitê de Ética. O projeto foi aprovado sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) de nº 42989921.6.0000.5188).

de pandemia da Covid-19? Quais limites éticos eu estaria ultrapassando ao me colocar em risco e colocar em risco os meus interlocutores à exposição de um vírus?

Ir a campo presencialmente em tempos de pandemia iniciou não só os dilemas éticos que nós antropólogas e antropólogos estamos já acostumados (mas que ainda não temos respostas prontas), mas despertou questões éticas sobre riscos, mais precisamente sobre a ameaça da contaminação pela Covid-19. Afinal, tínhamos aqui uma relação recíproca do perigo do risco (Fleischer; Bonneti, 2010): eu era e sofria do mesmo risco. E essa ameaça, tão presente, se tornou visível tanto na minha relação de campo, marcada por um autocuidado e com o cuidado com o outro, como também se tornou um dado de campo. Seguindo o que Soraya Fleischer e Aline Bonetti (2010) nos dizem, a presença do risco “revela ao etnógrafo como ele está sendo compreendido naquele contexto específico da pesquisa ou revela os limites que existem e que precisam ser respeitados pelo visitante e os visitados” (p. 13).

Os dilemas éticos se fizeram presentes durante todo o trabalho de campo e fizeram com que essa pesquisa se tornasse atípica e com inúmeras limitações, ainda mais se comparada a minha experiência de pesquisa etnográfica feita em tempos e modos “normais”. As idas a campo ficaram reféns de diversos fatores, tanto burocráticos, com os impedimentos da instituição, como por questões referentes à pandemia. Pensar nos riscos biológicos de exposição ao vírus me fez perder dias de ida ao campo. Dentro da instituição, havia sempre uma preocupação minha de buscar lugares abertos para conversas com as crianças e adolescentes, além de sempre recusar comidas e lanches que me eram oferecidas com medo de tirar a máscara, me expor e expor os outros. E, apesar de eu não ser a única a oferecer riscos às crianças e adolescentes da instituição, visto que o uso de máscaras e álcool em gel não eram preocupações dos funcionários e outras pessoas (familiares, funcionários da secretaria do município e dos conselhos tutelares) que ali transitavam, o medo da contaminação era algo que me tomava, principalmente por conta de uma ebulição nos meus círculos sociais de uma preocupação com a pandemia. Diante disso, dois novos companheiros se juntaram ao meu celular (que fazia o papel de gravador) e ao meu caderno de campo: a máscara e o frasco de álcool em gel.

A pandemia da Covid-19 acabou invadindo a minha pesquisa e se tornando uma integrante que não só ditou a forma de se fazer antropologia, como também modificou os dados e as análises dos fenômenos observados em campo. Afinal, como bem coloca Maria Cecília Minayo (2018), as “enfermidades e a morte não se reduzem a uma evidência orgânica, natural e objetiva, mas sua vivência pelas pessoas e pelos grupos sociais está

intimamente relacionada com características organizacionais e culturais de cada sociedade” (p. 12). Com a pandemia, isso não poderia ser diferente, ainda mais se pensarmos junto com Sônia Maluf (2020) que define esse período como um fenômeno “eminente social”. A autora completa:

De certo modo a gente pode pensar neste momento a partir da noção de uma comunidade de destino em que a alteridade, tão central para pensar a teoria e a prática antropológicas, dissolve-se, aparentemente, num grande comum: que é essa pandemia. E digo aparentemente por que a pandemia que atinge a população humana do planeta não atinge do mesmo modo; a quarentena e o isolamento social não acontecem da mesma maneira, as pessoas que adoecem não adoecem do mesmo modo, não são tratadas do mesmo modo e não morrem do mesmo modo. A gente pode dizer então com tranquilidade que a Pandemia de Covid-19 é eminentemente social, tanto nos seus efeitos sobre a vida e a morte de pessoas, quanto sobre as relações sociais, as subjetividades e os modos de vida. Não são apenas nossos frágeis sistemas de saúde que uma epidemia desse porte coloca em evidência, mas também as enormes desigualdades sociais⁸ (Maluf, 2020, apresentação oral).

As análises dos fenômenos observados e a produção de dados presentes na pesquisa resultante estão diretamente ligadas às colocações de Minayo (2018) e Maluf (2020). Apesar de não focar minha análise em investigações sobre como as crianças e adolescentes acolhidos vivem a *doença* Covid-19, um dos meus objetivos era investigar como os indivíduos que ocupavam o ambiente da instituição de acolhimento (privilegiando as crianças e adolescentes) estavam vivendo a *pandemia da Covid-19* naquele contexto singular.

Enquanto estava ali tomada por dilemas éticos e medos, preferindo lugares abertos para conversar, me afastando de todos para tomar um gole de água (já que era o único momento em que tirava a máscara) e passando álcool em gel nas mãos a cada instante, é que fui percebendo o quanto os meus interlocutores (crianças, adolescentes e funcionários/as) viviam a pandemia naquele espaço. Fosse ignorando todos os meus atos e agindo como se a “*covid é só lá fora*”, ou quando, talvez, eles eram lembrados que ali

⁸ Fala realizada pela prof.^a Dra. Sônia Maluf (Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)/UFPB) na Aula Inaugural do PPGAS da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) no dia 8 de maio de 2021 intitulada “Antropologia em tempo real: urgências etnografias na pandemia”, exibida pelo *Instagram @ppgas.ufal*.

⁹ Essa frase foi dita por Liza, uma das minhas interlocutoras de 13 anos, que me perguntou, em uma das minhas visitas, o porquê de eu usar máscara. Quando respondi que o uso se dava por conta da pandemia e que eu queria me proteger e proteger a todos ali, ela me respondeu que a “*covid é só lá fora*”.

fora daqueles muros uma pandemia acontecia. Afinal, a minha presença e meus atos sempre serviam de lembretes.

A discussão sobre a neutralidade do pesquisador é algo que já está consolidado dentro dos círculos de antropólogos, já que sabemos que isso é um mito. O corpo da antropóloga, a sua idade, o seu gênero, a sua cultura, está presente no campo e tem influências no que nós fazemos, no que observamos e no modo como nos observam em campo. O ato de passar sempre álcool em gel nas mãos é um bom exemplo disso, já que despertava nas crianças pedidos para também passar álcool nas mãos. Assim como o fato de eu usar máscara sempre despertar pedidos das crianças e adolescentes para ver o meu rosto. Ou seja, esses atos que, para mim, naquele contexto de pandemia, eram comuns, influenciavam situações junto aos meus interlocutores e afetavam o modo como eles viam a mim e as minhas ações.

Os dois novos instrumentos — a máscara e o frasco de álcool em gel — acarretaram algumas mudanças na minha relação de campo, entretanto, no próximo tópico irei me dedicar especificamente à presença das máscaras e o modo como este utensílio de proteção se tornou um agente em meio à minha relação com os interlocutores, além das reflexões e novos dilemas éticos que suscitou. Esse não-humano deixou os seus rastros, mostrando assim a sua agência de forma bem evidente em diversos momentos, até no seu não uso por parte das crianças, adolescentes e da maioria dos funcionários.

O (não) uso da máscara: o medo e o surgimento de novos dilemas

Devido a esse período atípico no qual se deu a pesquisa, com uma pandemia assolando as nossas vidas, a presença da máscara na relação de campo ocasionou situações dignas de nota. Essas notas frutificaram em indagações que não se limitaram ao período da pesquisa *in loco*, mas que se estenderam a posteriori, no segundo campo, o qual Marilyn Strathern (2017) designa como sendo construído no momento da escrita.

Conforme já mencionado neste artigo, a primeira impressão que eu tive da Casa de Acolhimento foi que ali, dentro daqueles muros, existia um mundo à parte. Era como se a pandemia não tivesse atingido aquele espaço e o pânico que eu via, sentia e ouvia do lado de fora, parecia inexistente dentro da instituição. Desde o meu primeiro dia em campo, não via quase ninguém usando máscaras. A presença de frascos de álcool em gel era rara e o assunto pandemia era esporadicamente tema de conversas de funcionários, crianças e adolescentes. Com o decorrer do andamento do trabalho de campo, essa

primeira impressão foi se perdendo. Foi-se descortinando uma realidade na qual a pandemia deixou fortes impactos na vida daqueles sujeitos que habitavam a instituição: desde a perda de sociabilidade extramuros até as suas rotinas dentro da Casa.

Mesmo com essa nova visão que foi se construindo a cada dia que passava durante os meses de trabalho de campo, a falta do uso da máscara era algo que me saltava aos olhos, principalmente por parte das crianças e adolescentes. Isso é algo totalmente compreensível se pensarmos na lógica de que, apesar de lá funcionar uma instituição de acolhimento, para as crianças e adolescentes ali acolhidas, aquele espaço era a casa delas, e quem de nós usou máscaras na nossa própria casa?

A primeira vez que vi máscaras no espaço da instituição foi na tarde de 5 de fevereiro de 2021. Foi quando a coordenadora entregou ao vigilante de plantão um saco com várias máscaras e frascos de álcool em gel, pedindo para que ele entregasse aos outros vigilantes para que todos pudessem usar. Naquele momento, ela também o informou que as máscaras de tecido em questão haviam sido enviadas pela prefeitura para todos os funcionários e que os outros já haviam recebido as suas. Imaginei que, daquele momento em diante, o uso de máscara seria frequente, mas isso acabou não acontecendo. A utilização por parte dos funcionários foi algo que só aconteceu meses depois com a obrigatoriedade por parte da coordenação seguinte¹⁰. Se Heytor Queiroz Marques (2020), ao trazer a realidade de uma cidade interiorana do estado de Pernambuco, percebeu como o uso da máscara foi utilizado pela população como um passaporte rumo à “normalidade” pré-pandemia, o que eu percebia a cada dia que ia a campo era que o passaporte à “normalidade” de todos ali na Casa era o não uso da máscara. Ou seja, ao eliminar o uso dentro daqueles muros, eliminava-se também uma realidade que os tempos de pandemia trouxeram.

Da minha parte, não posso ocultar o meu temor e susto que a cada dia só gerava mais questionamentos, reflexões e dilemas, quando via que o não uso da máscara era algo normalizado. Para mim, foi exatamente o uso da máscara que me passou um pouco de coragem para ir a campo, mesmo com a autorização das coordenações e futuramente com a da Promotoria da Infância e Juventude do município em mãos¹¹. Foi com o uso da

¹⁰ Durante o meu período na instituição, a coordenação da Casa mudou quatro vezes, o que impactava a dinâmica de funcionamento. O uso da máscara só se tornou obrigatório para os funcionários na terceira e quarta coordenação.

¹¹ Devido a um empecilho posto pela secretaria do município, depois de meses de campo, foi necessário que uma autorização do Ministério Público (MP) fosse expedida. O pedido foi feito junto a Promotoria

máscara que eu senti que estava protegida e que estava protegendo os meus interlocutores e interlocutoras, mesmo que não totalmente, dos riscos. Ou seja, eu via o uso como uma demonstração de autocuidado, mas principalmente de cuidado com o outro. Como João Leal (2021) tão bem coloca:

O uso da máscara Covid-19 transmite valores que têm sido centrais no combate à pandemia: a segurança própria e alheia, a preocupação com os outros, o civismo, as pessoas antes da “economia”. Usar a máscara é uma forma de exprimir a adesão a esse conjunto de ideias (Leal, 2021, p. 159).

O estranhamento de perceber que ali naquele espaço a preocupação com as medidas de segurança não eram prioridade, rendeu diversas discussões com a minha orientadora, que compartilhava comigo as mesmas preocupações com a segurança de todos que transitavam pela instituição. Mas como lidar com um estranhamento que era meu, que vinha principalmente da minha experiência em outros círculos e ambientes nos quais a Covid-19 era tema recorrente e preocupação constante, em um local e com pessoas que não tinham os mesmos estranhamentos que os meus? Será que eu deveria assumir uma postura mais severa em campo pedindo para que as pessoas usassem máscaras porque uma pandemia estava acontecendo? E se eu assumisse essa postura, quais seriam as consequências?

A minha experiência de realizar uma etnografia anterior a essa mostrou que questionamentos e dúvidas estavam presentes, entretanto, nem mesmo esse conhecimento prévio de que percalços iriam surgir me prepararam para a experiência de fazer uma pesquisa presencial em tempos de pandemia. Aliado aos medos de que a qualquer passo errado dado o campo poderia se fechar, vinha um temor que me tomava não só dentro daquele espaço, mas em todos aqueles pelos quais eu transitava: o medo da contaminação.

Apesar dos temores por ver tantas pessoas sem máscaras que me tomaram desde início, acabei me habituando a não presença das máscaras, assim como todos ali naquele espaço. Tanto é que quando a utilização se tornou obrigatória entre os funcionários, me surpreendi. Mostrando novamente que, da mesma forma que nós antropólogos afetamos o campo, nós também somos afetados por ele. Para mim, o que era um estranhamento no início se tornou familiar, e apesar de fazer sempre questão de usar a máscara, o não uso já

da Infância e Juventude que autorizou a continuação da pesquisa, desde que fossem seguidas todas as normas de biossegurança.

não mais me saltava aos olhos. Pelo contrário, foi a utilização que me chamou atenção naquele momento. Lembro-me que essa foi a primeira coisa que notei assim que pisei dentro dos muros da instituição naquele dia e o pensamento que me tomou foi “*olha, estão usando máscaras?*”. A segunda coisa que notei nesse mesmo dia foi o novo objeto que decorava as paredes da sala de estar, da sala de jantar, do terraço e a do lado de fora da cozinha: as placas afixadas com os dizeres “*proibido a circulação de pessoas sem máscaras*”, com um rosto do lado da frase usando máscara.

A presença da máscara dentro da pesquisa de campo marcou a singularidade que foi fazer pesquisa presencial em tempos de pandemia da Covid-19. a máscara despertou diversos dilemas e questões éticas que estavam em constante ebulição dentro do campo e fora dele (com as discussões em grupos de orientações e seminários sobre métodos e metodologias em meio à pandemia). E trouxe um algo a mais na minha relação com meus interlocutores e interlocutoras, seja no modo como eu me comportava (com as limitações que ela me trazia), seja nas reações que ela suscitava. A presença desse objeto, que tinha a função primordial de proteção, acabou ganhando uma agência não planejada, conforme será relatado no tópico seguinte.

“Deixa eu ver seu rosto, tia”: a máscara nas relações construídas em campo

Usar a máscara em campo acabou representando muito mais do que um ato de autocuidado e cuidado com o outro na relação recíproca do perigo do risco (Fleischer; Bonetti, 2010). Esse objeto esteve diretamente imbricado na minha relação de campo com as crianças e adolescentes. Principalmente, se levarmos em consideração os impedimentos que ela trazia, como, por exemplo, o fato de eu não poder fazer as refeições com as crianças e adolescentes, de limitar o meu olfato, de não permitir que eu pudesse participar dos momentos em que as crianças, adolescentes e funcionárias se maquiavam e arrumavam os cabelos nos dias que havia festas na instituição. Situações que limitavam o meu corpo dentro daquela relação.

A máscara Covid-19, usada como uma das formas principais de atenuar a transmissão do vírus, tem como consequência involuntária uma sinalização ainda mais radical dessa suspensão do corpo como instância principal do relacionamento social. Não são só os gestos, mas o rosto e a sua capacidade expressiva — de emoções e sentimentos sobre os quais repousam as

sociabilidades — ficam confinados. A própria identidade da pessoa fica suspensa ou, nos casos em que as pessoas se conhecem, meio oculta (Leal, 2021, p. 159).

Um outro ponto que merece atenção neste tópico dedicado às máscaras em campo é o fato de que seu uso tapava uma parte importante do corpo da antropóloga, que é essencial em qualquer tipo de relação: a face. Para David Le Breton, é necessário que “o rosto se torne o território do corpo no qual se inscreve essa distinção individual. Nenhum espaço do corpo é mais apropriado para marcar a singularidade do indivíduo e fazê-lo também socialmente” (Le Breton, 2018, p. 154).

E é pensando no rosto, no meu rosto, como uma marca da minha singularidade enquanto indivíduo, é que eu consigo explicar a vontade que as crianças e as adolescentes tinham em querer vê-lo completamente, já que durante todo o período de campo, ele estava coberto pela metade por conta do uso da máscara. Isso se deu desde o meu primeiro dia em campo, como exemplo, quando Vivi, uma adolescente de 12 anos, arrancou a minha máscara com a justificativa de que queria ver o meu rosto inteiro. Quando essa situação aconteceu, eu fiquei muito assustada, afinal, estávamos vivendo uma pandemia e só conseguia pensar nos riscos que aquele gesto poderia ter causado a nós duas. Isso porque, além de tudo, nenhuma de nós havia sido nem sequer vacinada naquele momento¹². Mas hoje, principalmente depois de perceber que os pedidos das crianças e adolescentes para verem meu rosto completo não foram episódios isolados, é que entendo que aquele gesto era apenas de uma pessoa querendo ver o rosto inteiro de alguém que acabou de conhecer. Ainda mais que, na nossa sociedade, o princípio de identidade se localiza essencialmente na face (Le Breton, 2018)¹³. Isso não é algo extraordinário, pelo contrário, é extremamente comum.

Conforme mencionei, os pedidos para ver meu rosto inteiro não foram episódios isolados, pelo contrário, se repetiram em diversos momentos durante a pesquisa. Tais

¹² A vacinação, tanto minha, quanto dos adolescentes e funcionários da instituição, aconteceu ainda em 2021. A prefeitura do município incluiu os funcionários da Secretaria de Ação Social no mote dos grupos prioritários junto aos funcionários dos serviços de saúde. Já os adolescentes foram vacinados assim que foi liberada a vacinação para quem tivesse mais de 12 anos. Eu fui vacinada na metade de 2021, quando foi liberada para a minha faixa etária. Até o meu último dia de campo, em dezembro de 2021, as crianças de menores de 12 anos ainda não estavam vacinadas.

¹³ Apesar de eu mostrar às crianças e adolescentes fotos minhas no decorrer da nossa convivência, os pedidos de me ver sem máscara não cessaram, o que pode levar ao fato de que não era só ver o meu rosto que incentivaram os pedidos para tirar a máscara, mas vê-lo naquele momento síncrono da nossa convivência.

solicitações vinham até mesmo das crianças que já tinham visto meu rosto em algum outro momento. Um exemplo era Dedé, uma menina de dez anos, que sempre que tinha a oportunidade, pedia para ver o meu rosto. Os pedidos de “*deixa eu ver seu rosto, tia*” eram constantes. E eu, mesmo alertando que era preciso que eu ficasse com a máscara e relembrando-a de que era um risco que eu a tirasse por conta da pandemia, ainda assim, me afastava um pouco e mostrava o meu rosto para eles. Hoje eu entendo a necessidade das crianças de verem minha face completamente, afinal, essa era a parte do meu corpo na qual eu oferecia os meus traços, minha identidade. Era pelo meu rosto que eles me reconheciam, me julgavam e me atribuíam características. Para Le Breton:

Com o passar tempo, a face torna-se um lugar de reconhecimento mútuo, nós portamos mãos e rostos nus e oferecemos aos outros as marcas e os traços que nos identificam. Por meio de nosso rosto somos reconhecidos, chamados, julgados, nos atribuem um sexo, uma idade, uma cor de pele (Le Breton, 2018, p. 154).

Porém, compreender a situação não me isentou de dilemas éticos que me tomaram em diversos momentos. Um exemplo disso foi o episódio já citado no qual Vivi puxou a máscara do meu rosto. Devia reprimi-la por ter puxado a minha máscara quando estávamos vivenciando uma pandemia? Se eu fizesse isso, como eu seria vista por ela, pelas outras meninas da instituição e pelos funcionários? Afinal de contas, aquele era meu primeiro contato com elas. Naquele momento, diante de tantos dilemas e do susto pelo acontecido, só me restou duas coisas: sorrir (ela queria ver meu rosto, afinal) e anotar sobre a situação na primeira oportunidade que eu tivesse.

As reflexões suscitadas pelo uso da máscara me perseguiram em diversos momentos da pesquisa. Era indiscutível a importância delas e, sempre que eu me debruçava a pensar nos detalhes das situações provocadas pela utilização, me vinha à mente perguntas sobre como as crianças e as adolescentes interpretavam a minha insistência em sempre usar a máscara e a minha resistência em tirá-la, nem que fosse por poucos segundos diante dos pedidos deles. Claro que eu explicava a elas que, por estarmos vivenciando uma pandemia, era importante que eu usasse máscara, tanto para a minha proteção, quanto para a delas, que aquilo representava que eu estava não só me cuidando, mas preocupada com o cuidado com elas. Mas, ainda assim, não posso afirmar que elas seguiam a minha linha de raciocínio. Será que, para elas, eu era uma chata que usava máscara sempre? Será que era um objeto que atrapalhava as nossas interações? Será que eu mascarada era uma lembrança

de que, fora dos muros da instituição, a pandemia acontecia? Eu via a máscara como algo positivo, como uma demonstração de que eu me preocupava com os meus interlocutores, mas não posso afirmar que elas viam a situação pela mesma ótica. Esses são alguns questionamentos para os quais eu não tenho respostas, mas todos eles tocam diretamente na questão dos dilemas éticos e metodológicos do que foi fazer pesquisa presencial em tempos de pandemia da Covid-19.

Considerações Finais

Pensar na máscara como um participante ativo da relação de campo é um exercício que sempre que volto a escrever sobre a minha experiência nessa pesquisa, suscitam novas questões e novas lacunas que nem sempre tem um fechamento. A experiência atípica que tive em fazer um campo presencial na pandemia rende reflexões e questionamentos que vão além dos dados produzidos em campo e toca no cerne do fazer metodológico. Essa singularidade da antropologia de questionar até o nosso próprio fazer fica evidente no caso que trago nesse artigo, pois sigo por um caminho de reflexão sobre não só a minha presença, mas sobre a minha presença em campo em tempos de pandemia da Covid-19 trajando máscara.

Os relatos aqui contidos são só uma parte direcionada de tudo o que foi essa experiência singular que eu e muitos antropólogos e antropólogas vivenciamos nos anos da pandemia: fazer ciência quando o nosso fazer antropológico precisava ser refeito ou, pelo menos, readequando à realidade da época. Creio eu que todos os meus colegas da área que viveram essa experiência de fazer pesquisa naquela época, têm contribuições importantes sobre a vivência de fazer etnografia com esse componente novo que foi a Covid-19.

Por isso, creio eu, que você leitor deva ter se reconhecido em alguns dos dilemas e questionamentos aqui colocados. Porque a verdade é que, naquele período, vivíamos um fenômeno que Johannes Fabian (2013) denomina de coetaneidade. Afinal, estávamos todos compartilhando um mesmo evento histórico e também sofrimentos, questionamentos e dilemas. Ainda mais aqueles que, assim como eu, estavam vivenciando uma “dupla inscrição” (Maluf, 2021), pesquisando sobre a pandemia da Covid-19 e seus impactos nos grupos que colaboraram com as nossas pesquisas, enquanto vivíamos os impactos da pandemia em nossas próprias vidas.

Hoje, apesar do decreto do fim da pandemia pela OMS, ainda vivemos os ecos desse período. É impossível não me indagar e refletir sobre como serão as futuras pesquisas que, de uma forma ou outra, se entrelaçam com a antropologia da saúde e que veem uma realidade na qual a pandemia perdura, apesar de não mais como nos anos iniciais. Afinal, mesmo com o fim, os impactos na vida dos grupos que colaboram com as nossas pesquisas não foram totalmente detectados e essas pessoas ainda vivem esses impactos, esses ecos. Imagino eu que novos dilemas, frutos do período atípico que foi fazer ciência durante a pandemia da Covid-19, irão surgir, tanto de cunho ético, como metodológico, mas também serão da esfera da vida dos grupos os quais pesquisamos *sobre e com*.

Como iremos lidar com esses novos dilemas é algo que ainda não temos respostas. Entretanto, já temos reflexões suscitadas que devem ser alimentadas para que possam nos auxiliar nesse novo desconhecido que é o pós pandemia.

Referências

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 9ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

FABIAN, Johannes. *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis: Vozes, 2013.

FLEISCHER, Soraya; BONETTI, Aline. Etnografia arriscada: dos limites entre vicissitudes e “riscos” no fazer etnográfico contemporâneo. *Teoria & Pesquisa – Revista de Ciência Política*, São Carlos, v. 19, n. 1, p. 7–17, 2010. [10.4322/tp.v19i1.205](https://doi.org/10.4322/tp.v19i1.205)

GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GOVERNO DA PARAÍBA. *Decreto nº 40.304 de 12 de junho de 2020*. Dispõe sobre a adoção do plano Novo Normal Paraíba, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela COVID-19 (Novo Coronavírus) no âmbito da Administração Pública direta e indireta, bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor privado estadual. Acesso em 28 de jun. 2023.

KNAUTH, Daniela. As implicações éticas da pesquisa antropológica: uma reflexão a partir do caso da Aids. *In*: CERES, Victora; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (Org.). *Antropologia e Ética*. O debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004. p. 131–150.

KOZINETS, Robert V. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Editora Penso, 2014.

LEAL, João. Máscaras covid-19 e outras máscaras. *Sociologia & Antropologia*, v. 11, p. 157–162, 2021.

LE BRETON, David. Antropologia da face: alguns fragmentos. *REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO*, [S. l.], v. 1, n. 47, p. 153–169, 2018. [10.22478/ufpb.1517-5901.2017v1n47.36708](https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2017v1n47.36708)

MALUF, Sônia. *Antropologia em tempo real: urgências etnográficas na pandemia*. Aula Inaugural no PPGAS/UFAL, por webconferência, em 08/5/2020. Disponível em: <https://brasilplural.paginas.ufsc.br/antropologia-na-pandemia/antropologia-em-temporeal-urgencias-etnograficas-na-pandemia/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

MALUF, Sônia Weidner. Janelas sobre a cidade pandêmica: desigualdades, políticas e resistências. *Revista TOMO*, n. 38, p. 251–285, 2021.

MARQUES, Heytor Queiroz. As máscaras de “proteção” como passaporte para quebra do isolamento social em uma cidade do interior de Pernambuco. *Alterar*, João Pessoa, v. 2, n. 10, p. 186–194, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A antropologia contribui para pensar e fazer saúde. In: NEVES, Ednalva Maciel; LONGHI, Marcia Reis; FRANCH, Mônica (Org.) *Antropologia da Saúde: Ensaio em Políticas da Vida e Cidadania*. Brasília: ABA Publicações; João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2018. p. 7–15.

STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Editora Ubu, 2017.

TOLEDO, Luiz Henrique de; SOUZA JUNIOR, Roberto de Alencar P. de. Sociabilidade pandêmica? O que uma antropologia urbana pode dizer a respeito da crise deflagrada pela Covid-19. *Cadernos De Campo (São Paulo-1991)*, v. 29, n. supl, p. 53–64, 2020.

Recebido em 30 de junho de 2023

Aceito em 30 de novembro de 2023